

Publicado em 26/08/2025 - 10:35

Projeto do InovaHC vai integrar dados da rede privada à RNDS

Por Isabella Marin



Ministério, ANS, Abramed e InovaHC sinalizaram intenção de avançar na interoperabilidade entre o setor público e privado

Marco Bego, do InovaHC, Cesar Nomura, do Conselho da Abramed, Carla Soares, da ANS, e Ana Estela Haddad, da SEIDIGI, assinam o memorando de intenções do projeto de integração de dados de saúde. (Foto: Ricardo D'Angelo/Abramed)

A interoperabilidade da saúde deu mais um passo, dessa vez, rumo à integração de dados das redes privada e pública. Na última quinta-feira (21), representantes de ambos os setores sinalizaram um compromisso para implementar um projeto-piloto junto à Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS). Chamado de OpenCare, o modelo prevê a integração dos dados clínicos e diagnósticos da rede privada à estrutura de interoperabilidade mantida pelo governo federal.

O memorando de intenções foi assinado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Secretaria de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde (SEIDIGI), a Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica (Abramed) e o InovaHC, núcleo de tecnologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, responsável por desenvolver o projeto. A sinalização ocorreu durante a 9ª edição do Fórum Internacional de Lideranças da Saúde (FILIS), em São Paulo.

À frente da SEIDIGI, a secretária Ana Estela Haddad disse que o projeto dialoga com a RNDS e traz benefícios ao articular uma parceria público-privada como um hub de dados: “Quem mais ganha é o paciente, que fica de posse dos seus dados de saúde. Com acesso a histórico clínico de exames, o profissional atende com mais qualidade, o que garante a continuidade desse cuidado, que é o objetivo máximo”. A secretaria também garantiu que “o ministério não vai compartilhar dados com o setor privado, mas vamos ter um espaço único de interoperabilidade”.

Já Carla Soares, diretora-presidente interinamente da ANS, celebrou a assinatura do documento: “É um marco histórico para que efetivemos o princípio e o dever da ANS de proporcionar a integração do público-privado”. E continuou: “A saúde suplementar é, sim, individualizada, tem suas peculiaridades, mas cada componente faz o sistema todo do país”.

Segundo Marco Bego, diretor do InovaHC, o apoio do Ministério é fundamental para que o projeto avance. “É uma integração. O que fizermos do lado de cá deve integrar com o lado de lá. E se eles precisarem de ajuda, estamos aqui para ajudar, vice-versa”, comenta. A expectativa com o compromisso é de início de um novo momento na integração dos dados: “Fechamos essa primeira história e agora começa uma nova história de trabalho bem longo.”

Cada setor deve compartilhar os recursos e informações necessárias para a execução do projeto e mobilizar parceiros a fim de potencializar o impacto da iniciativa. O compromisso não inclui transferência de recursos financeiros, salvo em casos formalizados.

Além da implementação do OpenCare, serão definidos e validados padrões de interoperabilidade aplicáveis a nível nacional, conforme as diretrizes da RNDS e outras normativas. Também devem ser geradas “evidências de valor clínico e econômico para subsidiar a expansão do modelo e sua adoção ampla pelo sistema de saúde brasileiro”. O memorando de intenção tem duração prevista de 12 meses, podendo ser prorrogável.

OpenCare e a integração de dados

O InovaHC já vinha trabalhando há alguns meses em um projeto para interoperabilizar dados de saúde da rede privada. A iniciativa busca unir dados clínicos de diversos players do setor e diversos hospitais, operadoras e laboratórios já aderiram, entre eles, Sírio-Libânes, Oswaldo Cruz, Beneficência Portuguesa, DASA Diagnósticos, Fleury e Bradesco Saúde. O projeto OpenCare surge nessa esteira como uma proposta para intercambiar dados dessa rede com o setor

público por meio da RNDS.

Esse modelo retoma mecanismos usados por instituições do mercado financeiro, como a B3 — uma das parceiras no projeto — para processar transferências e transações. “É como se fosse um carteiro. Pega o dado em um lugar, não lê a carta, entrega para quem o dado é de direito e a situação acaba ali”, explica Bego. Assim, o compartilhamento de dados é autorizado pelo paciente via um sistema de token e eles ficam acessíveis somente durante o atendimento médico. A ideia é dar robustez e segurança para a troca de informações.

Os testes do piloto devem começar em setembro, com duração de seis meses. Estão previstos testes das primeiras transações com dados e ações para melhorar a infraestrutura do tráfego. Após a validação, o próximo passo será avaliar a inclusão de novos serviços, como a estruturação de um marketplace e o uso de novas tecnologias.

De acordo com Bego, o modelo contribui para a redução dos custos do setor e o aumento da eficiência, com possível uso em outros processos, como as auditorias médicas. Ele também afirma que é uma chance de melhor posicionar o Brasil no contexto da interoperabilidade: “toda essa tecnologia é desenvolvida no Brasil e fica aqui. A ideia é viabilizar uma estrutura com um custo muito baixo e com ativos super estratégicos. Nós temos um ganho verdadeiro lá na frente para o paciente e o sistema”.

<https://futurodasaudade.com.br/open-care-interoperabilidade/?s=marco+bego>

Veículo: Online -> Site -> Site Futuro da Saúde